

A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA SUBCIDADANIA ESQUECIDA

GEORGIA LISBOA MAIA¹;
FRANCISCO DOS SANTOS KIELING ²

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – georgialisboamaia@gmail.com¹

² Universidade Federal de Pelotas – franciscokielling@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO

Quando se trata da comunidade negra, o Brasil traz consigo uma história de violência, colonialista e escravocrata, que se fazem presentes ainda no cenário contemporâneo. É quase cotidiano se deparar com alguma notícia reportada sobre violência, muitas vezes relacionadas as comunidades negras e pobres, o que por sua vez, reforça a percepção de um mecanismo social em crise e falho em seus diversos âmbitos.

Ao se pensar sobre problemas complexos e multifacetados que se fazem presente no cotidiano e regem a sociedade brasileira contemporânea, é preciso retornar às raízes estruturais que compõem o corpo social em que vivemos para compreendê-los. Nesse contexto, se faz necessário analisar a integração dos negros numa sociedade em período pós abolicionista, que ainda carrega consigo vestígios escravagistas, aliado a um novo mecanismo socioeconômico e cultural, capitalista competitivo.

Propõe-se analisar a integração do negro na sociedade brasileira e a consolidação de uma subcidadania invisibilizada e por isso, negligenciada. Essa pauta mantém-se presente no atual modelo de sociedade urbano capitalista, dispondo de extrema relevância para se compreender as relações socioeconômicas, políticas e culturais que se estabeleceram ao longo da história e que se consolidam atualmente no Brasil, construindo a identidade e as relações de um povo.

Este ensaio foi elaborado a partir da leitura de textos trabalhados durante a disciplina de Sociologia V do Curso de Ciências Sociais. A proposta foi a produção de um breve exercício analítico sobre temas do Brasil contemporâneo a partir de sociólogos locais, estudados ao longo do semestre 2024/1.

A presente investigação é de cunho qualitativo, baseando-se metodologicamente em revisões bibliográficas trabalhadas durante a disciplina, como pilar teórico os sociólogos Jessé Souza e Florestan Fernandes, além do cientista político Archille Mbembe, relacionando os conceitos centrais de suas obras “A integração do negro na sociedade de classes” de Fernandes, “A construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica” de Souza e “Necropolítica” de Mbembe. As análises buscam sinteticamente construir a aproximação entre suas bases teóricas com propósito de discutir a construção e solidificação de uma subcidadania brasileira contemporânea marginalizada e pouco acolhida.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Após a industrialização em massa, um novo modelo socioeconômico capitalista competitivo passa a ser reproduzido e incorporado na estrutura brasileira, não se limitando ao setor econômico, mas ultrapassando o político, social e cultural, visto

que há uma teia relacional entre tais setores. Ao retomarmos à obra “A integração do negro na sociedade de classes” de Florestan Fernandes, em seu ponto-chave, se coloca historicamente em evidência, a partir das raízes brasileiras de uma sociedade escravocrata, como o negro é situado em um “ponto de partida” degradante e inferiorizado, predestinado a um futuro marginalizado e precário. No período pós-abolicionismo o negro que é liberto neste novo modelo de sociedade capitalista se vê responsável pela subsistência de si e de sua família. Sem qualquer política de apoio de qualquer instituição, tampouco dos senhores, sendo deixado às traças, à própria “sorte”, configurando num abandono institucionalizado da população negra.

Devido à esta inadaptação, Florestan menciona uma ação denominada “desespero mudo”, que pode ser compreendida como as ações desnorteadas e impulsivas que a comunidade negra tomaria diante deste novo contexto urbano competitivo, que explicaria, por exemplo, a concentração de “favelas” em centros urbanos e periferias.

A partir dessas noções, apesar de algumas críticas conceituais, Jessé Souza apresenta contribuições como:

“[...] Se há preconceito neste terreno, e certamente há e agindo de forma intransparente e virulenta, não é, antes de tudo, um preconceito de cor, mas sim um preconceito que se refere a certo tipo de “personalidade”, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo. [...]” (SOUZA, 2003, p.159)

Dessa forma, tenta explicar que a gênese do conceito de uma subcidadania nasce do pretexto de, além da cor de pele, a “personalidade” julgada como improdutiva, sendo negligenciada pelas esferas política, econômica, cultural e social de uma sociedade. A ralé. Jessé ainda acrescenta que o homem dependente rural, aquele sem aquisições, também faria parte dessa ralé. Continua ao pontuar que a perpetuação deste julgamento não se dá exclusivamente pela hereditariedade escravocrata, “[...] mas a redefinição “moderna” do negro (e do dependente ou agregado brasileiro rural e urbano de qualquer cor) [...]” (SOUZA, 2003, p. 161) Ou seja, aliado ao preconceito à cor de pele, haveria a definição de um povo julgado como inferior, preguiçoso e não produtivo. Não obstante, discursos como o mito da meritocracia eram amplamente aclamados pelas classes mais altas. Entravam em vigor a noção da pobreza e marginalização como algo temporário e completamente mutável dependente do esforço individual, além o trabalho como critério determinante e avaliativo de valor, ou seja, um indivíduo “bom” é aquele produtivo, proficiente para sociedade e seu valor atribuído constitui identidade, capital cultural e social, em uma ótica bourdieusiana. Esses fatores juntamente disseminados a essas predisposições sociais corroboram para a naturalização e permanência destes grupos numa posição marginalizada, reforçando e legitimando as desigualdades sociais numa sociedade capitalista.

Ao pensar a necropolítica de Archile Mbembe, desenvolvida fundamentalmente através de sua análise foucaultiana sobre biopolítica, concentra-se na gestão da mortalidade, defendendo a noção de que o racismo é um dos principais elementos responsáveis pela regulação de mortes da população, onde corpos negros são alvos da necropolítica, argumentando que a concepção da teoria de necropolítica ocorre desde o período da colonização e escravidão, salientando que é possível identificar o biopoder há séculos atrás. Questionando se o Estado realmente teria o direito de, além de segregar as pessoas, articular quem deve

morrer ou viver. Mbembe explica que há diversos elementos presentes na sociedade que corroboram com ideologias com intuito de eliminar ou ao menos segregar outros grupos, construindo a chamada "zona de morte", onde encontram-se pessoas que foram "selecionadas" para ocuparem essa posição. Dessa forma, a necropolítica ou necropoder, é a clara manifestação do biopoder, de um Estado que exerce poder não apenas sobre a vida das pessoas, como sobre a morte. Tanto na escravidão como na tentativa de integração urbana "moderna", morte e liberdade caminham lado a lado, no mesmo sentido, pois ambos os modelos tem como premissa a falta de liberdade e a precarização e marginalização de um grupo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de um Brasil urbano moderno de caráter capitalista ultra competitivo, ao se pensar os conceitos de subcidadania ou "ralé" de Jessé Souza e necropolítica de Mbembe cria-se uma teia conceitual entre elas, onde uma parcela da população, sua maioria é negra, que habitam em "favelas" e são completamente marginalizadas e negligenciadas pelo Estado. Este exemplo fica mais palpável quando aproximado aos episódios de assassinato dos moradores de comunidades, ou as "zonas de morte" como colocado por Mbembe, em grandes centros urbanos, localizadas no Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, por abuso de poder e confrontos policiais. Percebe-se que o "abuso de poder" não se limita às agressões físicas e verbais, mas pode ser compreendido desde a segregação e marginalização de grupos, configurando-se em uma dominação e violência simbólica de caráter político e social aplicado sobre uma comunidade, configurando na violência institucionalizada. Apesar de algumas cláusulas jurídicas e das políticas de contenção, como o afastamento de policiais que cometem esses crimes, é notório a falta de preocupação em gerir e na gestão de políticas públicas que busquem de fato acolher e proteger essa população, isso pois suas motivações e políticas de extermínio são estruturais.

Por fim, condutas desse cunho continuam e continuarão a ocorrer, os corpos e histórias dessas vítimas transformam-se em estatística brasileira, alguns sequer noticiados. Dessa forma, retoma-se a reflexão de Mbembe, onde a segregação, a falta de liberdade, precarização de políticas de apoio e segurança direcionados à estas comunidades resultam numa violência institucionalizada, uma factual necropolítica, onde mais que por suas vidas, o Estado atua principalmente como responsável por suas mortes, construindo um campo de pessoas que são "deixadas para morrer".

A partir das análises realizadas sobre as obras dos três autores apresentados e suas coligações, a presente pesquisa nos provoca a reflexão sobre como o Brasil historicamente desenvolveu-se em um tecido colonialista, escravagista, pautado em dominação e violência. Apontando como essas características são reconfiguradas e se perpetuam, causando um forte impacto na existência da comunidade negra, moldando como as relações sociais acerca deste grupo se constituem, e não obstante, o funcionamento de mecanismos dos âmbitos político e cultural ainda na contemporaneidade. Dessa forma, este estudo abre novos caminhos para se discutir sobre a comunidade negra no Brasil contemporâneo e suas ramificações, como a consolidação de movimentos negros de resistência.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem).

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.